

CORTIÇO, PEQUENA COMUNA: CIDADANIA, LITERATURA E COTIDIANO POPULAR NA ALVORADA DA REPÚBLICA

Fábio Luiz Rigueira Simão¹

RESUMO

Pretende-se aqui falar da história de dois mundos. Mundos conflituosos que se chocaram e fizeram barulho nos primeiros anos de existência da República do Brasil. De um lado, o projeto republicano que tanto ocupou os ânimos de intelectuais e propagandistas, encantados com ideais de progresso positivo e de civilização. De outro, as pessoas simples, quase que de todo iletradas, conservadoras de hábitos e costumes muitas vezes não-condizentes com os caracteres daquele outro mundo que teimava tornar-se realidade, que se queria impor. O cotidiano das classes populares, informado por representações próprias, o que aqui é analisado por meio de fragmentos da obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, é revelador do abismo que se criou originalmente entre esses dois mundos.

Palavras-chave: **História, Estado, indivíduo, República, cidadania.**

INTRODUÇÃO

No final do Império e início da República, o Rio de Janeiro passou por grandes mudanças no plano social, político, econômico e cultural. Numa consonância imprecisa, os reflexos da Revolução Científico-Tecnológica iam investindo marcas sensíveis à sociedade brasileira, em geral, e à fluminense, em

particular. Na Europa, a grandiosa fábrica moderna que passa a operar sob as estreitezas matemáticas das máquinas elétricas, a capacidade produtiva e as razões sempre surpreendentes dos índices de produtividade começavam a projetar os contrastes de novos hábitos e costumes. E, para além das perspectivas de acumulação econômica, fundadas na lógica pecuniária da riqueza e da ostentação, e dos novos paradigmas

¹ Graduando do curso de História da Universidade Federal de Viçosa.

políticos e sociais vinculados na concepção democrático-burguesa, as formulações culturais também ganharam novas roupagens.

Num ambiente de profundas transformações, em que se observa a chegada maciça e triunfante das idéias de democracia, cidadania e soberania nacional, as pessoas simples construíam e conduziam a sua vida na capital da República, dando a ela significados muitas vezes resistentes a essa atmosfera de austeras mutações. A formação das classes populares do Brasil republicano – entenda-se aí aquelas pessoas que não são proprietárias, nem intelectualizadas, não participam da política, o mais das vezes analfabetas, não-capitalistas, enfim, trabalhadores, donas-de-casa, alguns vagabundos – esteve originalmente divorciada das coisas do poder. Voltando os olhos para o cotidiano dessas pessoas, percebe-se que o mandonismo e o clientelismo, o paternalismo e o pessoalismo, herança de uma sociedade patriarcal autoritária, compuseram parte fundamental do construto da verdadeira identidade brasileira (HOLANDA, 1984). E que esses são os únicos laços entre o povo e o poder (encarnado sempre na pessoa do coronel ou do burocrata influente) que ganharão a maior de todas as suas forças na República, porque então o mandonismo não é apenas coerção, mas manejo, adulação, curral.² Recortando o espaço do cortiço, investe-se neste tempo complexo, que podemos chamar transição, entre a Monarquia que se despede e a República que chega (FAORO, 2001; SEVCENKO, 2003).

O Rio de Janeiro da transição do Império para a República poderá pois ser pensado como um universo sobremodo singular e diverso, em que o mundo da cultura popular mantém-se sensivelmente distante do mundo político que se sonhou na luz do discurso republicano. A obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, escrita no bojo daquelas transformações, remete-nos a uma reflexão acerca do cotidiano popular fluminense sob a ótica mais estrita do ambiente do cortiço. Em diversas passagens do romance, encontram-se traços da interpretação do autor sobre a vida cotidiana de resistência e participação que se criou nos cortiços no âmbito das classes populares que ali habitavam.

OS VENTOS REPUBLICANOS E A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

No ritmo das austeras transformações das estruturas econômicas e políticas, bem como das mentalidades sociais, mais intensas e precisamente experimentadas pelo Rio de Janeiro, o novo Brasil da República massacrava qualquer empecilho que se lhe

impusesse. O aparato político articulado e tornado institucional pelo governo Campos Sales, e por ele mesmo chamado de “política dos governadores”, garantia a ordem e a estabilidade interoligárquica, o que representava do ponto de vista das elites dominantes condição fundamental para a boa concordância entre as aspirações locais e regionais e os rumos da grande economia cafeeira, núcleo central do poder. As campanhas de higienização e urbanização da capital assumiam a cena, à excelência de investidas não raro agressivas como a vacinação obrigatória de 1904; e para a grossa população que bem pouco ou nada entendia sobre o alargamento das avenidas, o “bota abaixo” das casas e casebres pobres, os aterros, a perseguição aos capoeiras, enfim, a elaboração maciça e incisiva de novas roupagens para os contornos tradicionais da velha corte imperial, aquilo tudo era motivo de perder boas noites de sono.

A entrada “forçada” do Rio de Janeiro na “modernidade”, ou seja, o ajustamento estreito das idéias, das instituições políticas, da gestão econômica e da arquitetura da cidade aos modelos europeus e, mais especialmente franceses, o que implicava mudanças no espaço físico da cidade, mas igualmente na mentalidade e no modo de vida da população, sustentava-se em quatro princípios fundamentais, segundo observa Nicolau Sevcenko:

(...) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003:43).

O mundo fluminense novo a que muitos aspiravam ganhava dimensões reais nas obras do engenheiro-prefeito Pereira Passos. A avenida Central inseria-se no universo esmerado dos bairros nobres do Rio e abria alas à belle-époque parisiense na medida exata da sua rompante de bulevar. O Brasil de pobres e miseráveis, negros e mestiços era obscurecido diante da forja imagética duma nação branca, civilizada, democrática e republicana, tudo feito à mais fiel maneira européia, pelo menos se assim o apreçoava.

Consustanciava-se uma Paris no trópico, e, com a cidade, o sonho de viver dentro da modernidade e do glamour europeus. O Brasil vestia-se de verde e amarelo e se dava a uma direção um tanto quanto incerta e imprecisa, conquanto ecoasse otimista por detrás dos muros da escola politécnica e dos quartéis militares sob a máxima da ordem e do progresso. Os velhos conselheiros do Império davam lugar a políticos arrojados, de larga visada, detidos amiúde, senão na

² Para uma discussão sobre o coronelismo no Brasil ver COSTA, 2002.

prática ao menos no discurso, na idéia de avanço e de desenvolvimento trazida da Europa por ocasião de seus estudos. Por seu turno, os “mosqueteiros intelectuais”, como se auto-intitulavam os homens de letras da chamada “Geração de 1870”, que tanto sonharam com o mundo novo e próspero da república logo se frustraram, como aconteceu com Coelho Neto (SEVCENKO, 2003:129). Enquanto, isso cresciam a marginalidade e as favelas e ainda subsistiam os barracos e alguns cortiços.

Os verdadeiros proclamadores da República - entidade chave que trazia consigo a tão querida modernidade - pouco ou quase nada fizeram em favor da expansão e ampliação dos direitos civis e políticos. Os coronéis de “rabo preso” aos governadores, e estes metidos todos no jogo político tramado pelas oligarquias de Minas e São Paulo ganhavam agora a cena política brasileira para si. As representações cidadãs por parte de indivíduos pobres e comuns do povo não encontraram terreno fértil naquele contexto. A República era uma contradição em si mesma. Segundo observa José Murilo de Carvalho

o que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até retrocesso no que se refere a direitos sociais. Algumas mudanças, como a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e a introdução democratizante na medida em que buscavam desconcentrar o exercício do poder (CARVALHO, 2003, p. 45).

De um lado, intelectuais e entusiastas da república inquietavam-se por encontrar um “povo brasileiro”, afeito à democracia, soberano no seu conjunto, cidadão ativo, eleitor, atento a seus direitos e cômicos dos seus deveres, tramando daí a busca incessante por uma identidade nacional que desse conta de definir o Brasil como nação singular, translada nos contornos de suas peculiaridades, muitas vezes criadas e saídas dos punhos e das bocas de exímios exotas, românticos e realistas, sob a égide duma suposta grandeza e exuberância natural tipicamente brasileira (MURARI, 1999). De outro, uma gente comum, miserável, afeita a festas de santos e teatros de rua; amante dos jogos de sorte, do tabaco, da música e da capoeira; uma gente que sabia bem cuidar da sua moral, a moral que ela própria inventara e gerira no seio de suas práticas de convivência social. Homens e mulheres que por democrático entendiam os quiosques e que do francês aprazia-lhes o pão. Enfim, um povo que não se

identificava com o Brasil dos sonhos dos intelectuais e entusiastas da república, e que, do governo, muitas vezes quis tão-somente a paz.

Contudo, as investidas muitas vezes forçadas da administração republicana, a exemplo da impávida campanha de vacinação, vieram, mais de uma vez, perturbar o sossego das pessoas simples do Rio. A República em lugar de trazer a ordem e a paz social na luz de valores igualitários e democráticos fincou no Brasil traços de desorganização e algazarra. Por diversos cantos do território nacional, desde o Sertão até o Contestado, ganharam a cena naqueles primeiros anos da República motins e revoltas mil. Grandes expressões de reação da nova “população republicana” vieram à baila dentro do cenário de transformações por que passava o País.

Diante dessa atmosfera mutante de penetração em largo volume de novas idéias e novas éticas de conduta social, deve-se atentar para a presença popular no Rio republicano; não a sua presença em assuntos políticos, mas o seu lugar no mundo cotidiano fluminense da época, o qual esteve amiúde ao largo das altas decisões do governo.

Aquela gente “sem cultura” e “sem conhecimento” habitava e vivia uma realidade muito própria e particular; uma realidade que compartilhava daquele ambiente febril de transformações, físicas e mentais, da nova capital republicana com as discussões de intelectuais republicanos e de discursos políticos, de uma maneira bastante especial e específica. As representações engendradas e compartilhadas pelas pessoas que viviam nos cortiços compunham o tecido de uma realidade quase apartada daquela que incisivamente perturbava as mentes políticas brasileiras imbuídas de novas idéias, desesperadas por inserir o Brasil no caminho da modernidade.

No interior dos grandes cortiços, no seio da vida prática da população fluminense da época, entre brancos, negros e mestiços, brasileiros e estrangeiros, jovens, velhos, adultos e crianças, loucos, ébrios, macucos e charlatões, emergiam condutas e valores profundamente originais. Valores que, a despeito das desavenças e das contendas sempre violentas e não pouco freqüentes, regiam bem a coexistência das almas eminentemente diversas que habitavam os cortiços. As pessoas mais simples que enchiam e abarrotavam os corredores comunitários do complexo de casinhas sujas e tortas tinham grande clareza dos seus limites e das suas convicções.

Passa-se a olhar para as classes populares fluminenses do tempo da transição, muitas vezes

³Para uma discussão mais detida sobre a formação desses valores no seio da vida prática das classes trabalhadoras, ver CHALHOU, 2001.

taxadas de apáticas, bestializadas e, por vezes, até inexistentes, e vê-se um universo distinto de normas de conduta e comportamento.³ Na mente dessas pessoas não soavam bem as idéias de igualdade e democracia tal como eram tomadas pelos sonhadores da república democrático-burguesa. Seus valores eram outros; e o construto desse mundo de contradições internas, entre esquemas tradicionais das pessoas que já compartilhavam dum aparato cultural, por assim dizer subalterno da corte fluminense, e novas perspectivas trazidas por imigrantes estrangeiros, migrantes do norte e de outras regiões, capoeiras, um e outro maluco de rua se descolava do mundo oficial das idéias republicanas e se mantinha à revelia de qualquer possibilidade realmente nacional, identitária e democrática, antes porque não havia laço maior de identificação desse povo com as formas de governo, com a burocracia e, de resto, com a própria República.

Dentro dos grandes cortiços, nota-se, então, a resistência às investidas inóspitas do governo que pensava lidar com bois ou porcos talvez. É notável a resistência sistemática dos ex-escravos, por exemplo, inseridos ruidosamente na sociedade por vias insustentáveis de coexistência e respeitabilidade social mínima (ver CHALHOUN, 1996). Aos capoeiras, a repressão foi desde o início maior e mais estreita. Já entre os primeiros feitos do governo de Deodoro a eles são notáveis as perseguições policiais, com direito a prisões e deportações.

Nota-se no Rio de Janeiro daqueles tempos um povo ativo, que reagia à sua maneira às investidas dos agentes sanitaristas e da polícia. Segundo José Mutilo de Carvalho:

O cortiço de Botafogo, descrito por Aluísio Azevedo, possuía no final mais de 400 casas e constituía uma pequena república com vida própria, leis próprias, detentora de inabalável lealdade de seus cidadãos, apesar do autoritarismo do proprietário. Aluísio, aliás, fala expressamente na "república do cortiço". Ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo. Este inimigo era outro cortiço e, principalmente, a polícia. Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estava em jogo a soberania e a honra da pequena república. Cortiço em que entrava polícia era cortiço desmoralizado (...) No romance, o cortiço consegue evitar a entrada da polícia, mas na vida real, dois anos após a publicação do livro, o cortiço Cabeça de Porco seria destruído em autêntica operação militar por ordem do republicano histórico Barata Ribeiro.

O governo da República destruía as repúblicas sem integrá-las numa república maior que abrangesse todos os cidadãos da cidade (CARVALHO, 1987:38-39, grifos nossos).

A despeito da repressão, porém, a república, tomada antes sob seus contornos originalmente europeus, trazia consigo alguns postulados básicos que não podiam ser negligenciados. Percebe-se que o novo regime que se instalara não era uma conveniência das elites (econômicas) agro-exportadoras tão-somente; ele não teria sustentabilidade se assim o quisesse ser. Era antes para muitos que se emprestava o perfil de homens retos e intelectuais, nacionalistas e desejosos de ver o seu País emergir como grande nação democrática e igualitária, um grande sonho por realizar.

Nessa atmosfera, era mesmo incoerente falar em república, se não fosse permitida, ao menos sob certas restrições, a liberdade de ação, expressão e resistência. Não se está afirmando que o governo, e mais precisamente, os presidentes e o alto exército da defesa, cediam ante as grandes rebeliões que se fizeram sentir por todo canto do território nacional. Mas as novas idéias que habitavam as mentes de intelectuais por vezes não ligados diretamente ao governo, senão por via de domínios burocráticos, tinham de encontrar um clima relativamente ameno para a inserção de valores democráticos e igualitários tal como se queria. Aluísio Azevedo talvez pensasse dessa maneira, quando imaginou a vitória do cortiço sobre os policiais. Não importa, pois, que tenham sido derrotados os movimentos rebeldes; importa que eles existiram e uma população ativa se revelou dentro desses eventos. Essa idéia torna-se clara se tomada à luz das resistências sistemáticas, com traços até de consciência e racionalidade de ação grupal – malgrado, resta salientar, sempre muito carregadas de motivações pessoais –, que se observam ao longo dos dias e das noites cariocas do novo regime republicano. A Revolta da Vacina é um exemplo disso, como também o é a Revolta do Vintém, ocorrida ainda nos tempos do rei.

Não importa saber em que grau a literatura de Aluísio Azevedo se aproxima ou não do real. Ao contrário do que se poderá pensar, não é o perfil rigoroso desse tipo de literatura que, como escrevem os críticos, se pretende cientificista, denunciadora de patologias e males sociais que resolutamente aparecem tal e qual na realidade, que nos levou a optar pelo romance. Em verdade, quando utilizamos O Cortiço como fonte histórica, tomamo-lo antes na sua composição, na sua construção pelo autor, do que na realidade que ele porventura tente capturar. Isso equivale a dizer que o Brasil que se pretende aqui

capturar é antes o que se criou na tinta e no papel. Isso porque a visão do autor e a sua opção por escrever um romance que desse relevo a elementos populares, algo que seria alvo central dos ventos fortes que soprariam na Regeneração*, é sintomático de um momento em que os valores estão sofrendo a ação de forças novas, que margeiam a cidade e as mentes da nova República.

Cumpra também ressaltar que o romance foi publicado em 1890, portanto no momento inicial do novo regime. A história se passa alguns anos antes, mas a preocupação do autor em descrever exaustivamente, na minúcia e no geral, os caracteres das pessoas e das coisas do cortiço revela um bastante rico material para a investida do tipo de olhar que se pretende. Depois, Aluísio Azevedo está necessariamente inserido nos problemas de seu tempo e, desde a Abolição, e mesmo anos antes - na década de 1870 -, as problemáticas envolvendo a política e o Estado, o povo e a participação popular nos rumos que deveria seguir o Brasil já faziam algum efeito na mente dos intelectuais, adeptos ou não das idéias republicanas.

Partindo agora para uma análise mais estreita de partes do romance, percebe-se que Azevedo contempla e inventa elementos por cujos contornos nos interessa transitar mais detidamente. De modo geral, serão dois os pontos a serem abordados: I) algumas concepções das pessoas do cortiço acerca das posições de moral e convivência: casamento, sexo e trabalho; sentimento de grupo, pertencimento e proteção; e II) a presença policial do cortiço, que envolve a questão da resistência.

O MUNDO DO CORTIÇO

Assim, o mundo subterrâneo da cultura popular engoliu aos poucos o mundo sobretterrâneo da cultura das elites. Das repúblicas renegadas pela República foram surgindo os elementos que constituiriam uma primeira identidade coletiva da cidade, materializada nas grandes celebrações do carnaval e do futebol (CARVALHO, 1987:41, grifo nosso).

Por vezes aquilo que se queria por moral e correto no seio das classes dominantes estava mais próximo de ser praticado pelas classes subalternas. Em passagem do romance de Aluísio Azevedo, a questão

*Regeneração: termo que expressa as transformações ocorridas no Rio de Janeiro especialmente no que se refere à reforma urbana no tempo de Pereira Passos.

do casamento ecoa de maneira distinta da boca de uma mãe, que põe em relevo a moral de família e o bom senso, traços da praticidade quase que forçosa em meio à ação social das gentes do cortiço. (O dito fragmento é importante também, note-se, na exata medida em que encerra um dos momentos do texto em que o autor registra a expressão república do cortiço). Augusta era brasileira, branca, casada com Alexandre, mulato, quarenta anos, soldadinho de polícia. Miranda, um mercador português que morava no sobrado ao lado do amplo cortiço de João Romão, tinha a filha de namoricos com um rapazote estudante qualquer, desvalido para o seu nível. Os moradores do cortiço, que se sentiam bem à distância do mundo em que vivia o amargo e nada modesto comerciante português com a sua família, tinham para si a diferença abissal que dividia o mundo do cortiço e o do sobrado; viam-se mesmo diferentes deles de lá. Numa ocasião em que se ajuntaram em prosa sobre a vida alheia alguns dos seus, Augusta dá a sua deixa de mãe e de gente direita que bem sabe sobre o que está falando e sobre as suas concepções e convicções de mundo. Vemos aqui a sensação de estar sob a égide de uma bem fundamentada moral na qual ela (Augusta) acreditava e compartilhava em certa medida com as outras pessoas que com ela dividiam um espaço na pequena grande república. O caso era o seguinte: o tal estudante, nada arredo, não tinha permissão para entrar na casa da suposta namorada. O Miranda o proibia, porque queria que a filha se casasse com um dos seus - a propósito, essa informação é dada por um mulato, o Firmo, capoeira que se dizia torneiro e que se envolvera certa vez com a Rita Baiana, tida como a mais voluptuosa e procurada mulher da habitação.

— Por isso é que se vê tanta porcaria por esse mundo de Cristo! disse a Augusta. Filha minha só se casará com quem ela bem quiser; que isto de casamentos empurrados à força acabam sempre desgraçando tanto a mulher como o homem! Meu marido é pobre e é de cor, mas eu sou feliz, porque casei por meu gosto!

— Ora! Mais vale um gosto que quatro vinténs!

Nisto começou a gemer à porta do 35 uma guitarra; era de Jerônimo. Depois da ruidosa alegria e do bom humor, em que palpitara àquela tarde toda a república do cortiço, ela parecia ainda mais triste e mais saudososa do que nunca... (AZEVEDO, 1997: 67, grifo nosso).

Sobre essa mesma questão do casamento, vemos também opinar a Rita Baiana, quando, certa vez, indagara-se-lhe sobre o seu enrolo com o Firmo:

— Casar? protestou a Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Casar? Livra! Para quê? para arranjar cativoiro? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! qual! Deus te livre!

Não há como viver cada um senhor e dono do que é seu! (AZEVEDO, 1997:53).

Outras passagens interessantes são aquelas de que podemos auferir alguma reflexão sobre a questão do sentimento de pertencimento que se criou entre os inquilinos de João Romão. É certo que há aqui uma restrição bastante clara acerca do que veio ser o motivo central desse espírito quase partidário e eminentemente aguerrido que nasceu na estalagem de João Romão. A passagem que se segue for transcrita aqui na íntegra, a despeito da sua relativa extensão, para que se possa observar aquilo que se julga ser um dos eixos centrais da reflexão: a questão das construções identitárias e de pertencimento grupal que se ia construindo no interior do cortiço.

Agora, na mesma rua, germinava outro cortiço ali perto, o “Cabeça-de-Gato” (...) não tardando que entre os moradores da duas estalagens rebentasse uma tremenda rivalidade, dia a dia agravada por pequenas brigas e rezingas, em que as lavadeiras se destacavam sempre com questões de freguesia de roupa. No fim de pouco tempo os dois partidos estavam já perfeitamente determinados; os habitantes do “Cabeça-de-Gato” tomaram por alcunha o título do seu cortiço, e os de “São Romão”, tirando o nome do peixe que a Bertoleza mais vendia à porta da taverna, foram batizados por “Carapicus”. Quem se desse com um carapicu não podia entreter a mais ligeira amizade com um cabeça-de-gato; mudar-se alguém de uma estalagem para outra era renegar idéias e princípios e ficava apontado a dedo; denunciar a um contrário o que se passava, fosse o que fosse, dentro do círculo oposto, era cometer traição tamanha, que os companheiros a puniam a pau. Um vendedor de peixe, que caiu na asneira de falar a um cabeça-de-gato a respeito de uma briga entre a Machona e sua filha, a das Dores, foi encontrado quase morto perto do cemitério de São João Batista. Alexandre, esse então não cochilava com os adversários: nas suas partes policiais figurava sempre o nome de um deles pelo menos, mas entre os próprios polícias havia adeptos de um e de outro partido; o urbano que entrava na venda do João Romão tinha escrúpulo de tomar qualquer coisa ao balcão da outra venda. Em meio do pátio do “Cabeça-de-Gato” arvorara-se uma bandeira amarela; os carapicus responderam logo levantando um pavilhão vermelho. E as duas cores olhavam-se no ar como um desafio de guerra. A

batalha era inevitável. Questão de tempo (AZEVEDO, 1997:139).

É notável o movimento de identificação e pertencimento que pairava nas cabeças e nos corações moradores dos cortiços – mantendo o enfoque no cortiço de São Romão, mas igualmente na Cabeça-de-Gato. As pessoas criavam no próprio movimento de suas práticas e relações sociais, malgrado as diferenças e as desavenças (constantes, nada raros!), um aparato de representações identitárias que os referenciavam na vida e uns com os outros. Defender o cortiço em que se habita e os mesmos inquilinos dali era defender a si próprio, a sua moral e a sua integridade. O individualismo cada um por si que rondava as mentes do lugar, extrapolava os contornos das intimidades egoístas e retraídas na sua particularidade para encontrar elementos reais de coletividade.

A narrativa de Azevedo dispensa maiores explicações. Todavia, vale relevar apenas um ponto (crucial, ressalte-se) desse fragmento, a título de exemplo daquilo se acredita ser fundamental para a reflexão: perceber até que ponto as coisas do Estado, vinculadas em paradigmas europeus, perambulando de cabeça em cabeça no âmago das elites políticas e dos homens de letras e intelectuais, podiam ser assimiladas e concebidas por seres humanos, muitas vezes tachados loucos, perigosos e subversivos. Trata-se do fato de haver policiais morando em ambos os cortiços, fato esse que os separava resolutamente como pessoas. Esse exemplo é marcante por se conceber nele um exemplo da força que tinha a questão da vida dupla que aquela realidade determinava. Um policial deveria ter boas relações com outro policial; bom isso ao menos a princípio! Dentro da lógica burocrática do Estado democrático-republicano, ser um polícia deveria implicar algo reto e sereno. Absolutamente assim a realidade não o era, e resolutamente não assim o concebia a população. Note-se isso na aversão que causava a presença policial e sanitarista nas habitações. No entanto, entre policiais metidos no cortiço deveria haver alguma identificação positiva. Pois não havia! O compromisso com o grupo e com o aparato de valores e crenças que davam norte à vida no cortiço sobrepunha-se à farda. Uma instituição como a polícia não dava conta de representar o indivíduo que dela fazia parte. As coisas do Estado não diziam respeito ao mundo das classes populares.

Além disso, nascia nos habitantes de cada cortiço um sentimento de estar sob proteção dos camaradas da habitação. O Firmo, por exemplo, que, por causa da Rita Baiana, havia surrado supostamente até a morte o Jerônimo, português que veio na companhia de sua mulher, a honesta e laboradeira Piedade de Jesus, oferecer ao João Romão o seu trabalho na

pedreira, sentia-se protegido no Cabeça-de-Gato, onde havia tornado, aliás, sujeito muito querido e estimado, uma espécie distinta de liderança.

O capoeira fazia questão de ficar no “Cabeça-de-Gato”, porque aí se sentia resguardado contra qualquer perseguição que o seu delito motivasse; de resto, Jerônimo não estava morto e, uma vez bem curado, podia vir sobre ele com gana. No “Cabeça-de-Gato”, o Firmo conquistara rápidas simpatias e constituíra-se chefe de malta. Era querido e venerado; os companheiros tinham entusiasmo pela sua destreza e pela sua coragem; sabiam-lhe de cor a legenda rica de façanhas e vitórias (ALUISIO AZEVEDO, 1997:139).

A questão da resistência à presença policial no cortiço, motivada por razões de cunho grupal de defesa da pequena república, também é muito importante de observar aqui. A montagem de barricadas por homens e mulheres, velhos e jovens, nos arrabaldes da habitação é algo flagrante desse movimento de mesma rejeição e repúdio diante da chegada da polícia. O momento agora analisado é de rebuliço geral e começou com uma briga entre o Firmo, brasileiro, negro, capoeira, que se encantara com a marquesa dos impulsos sexuais dos homens do cortiço, a Rita Baiana, e o Jerônimo, português, sujeito forte e trabalhador, casado com a Piedade – personagens já conhecidos nossos e motivos da briga também já familiar. Os dois se acabaram de tanto que se atracaram na mais espúria violência, e o Jerônimo caiu moribundo, enquanto Firmo desaparecia no capinzal. Até aí tudo bem; um ou outro havia de vencer e ficar com a prenda! O fato é que adiante, com o debandar do Firmo, chegou no portão da estalagem a polícia. João Romão gritou para que as pessoas não a deixassem entrar. O cortiço então tomou guarda, e pôs-se à disposição da defesa ríspida do seu território, da sua gente e da sua integridade, pessoal e coletiva. A moral e a ética grupal e individual daquelas pessoas também estavam em pauta. Veja a passagem do texto, extensa mas reveladora.

– Abre! Abre! reclamavam de fora.

João Romão atravessou o pátio, como um general em perigo, gritando a todos:

– Não entra a polícia! Não deixa entrar! Agüenta! Agüenta!

– Não entra! Não entra! repercutiu a multidão em coro.

E todo o cortiço ferveu que nem uma panela ao fogo.

– Agüenta! Agüenta!

Jerônimo foi carregado para o quarto, a gemer, nos braços da mulher e da mulata.

– Agüenta! Agüenta!

De cada casulo espipavam homens armados de pau, achas de lenha, varais de ferro. Um empenho coletivo os agitava agora, a todos, numa solidariedade briosa, como se ficassem desonrados para sempre se a polícia entrasse ali pela primeira vez. Enquanto se tratava de uma simples luta entre dois rivais, estava direito! “Jogassem lá as cristas, que o mais homem ficaria com a mulher!” mas agora tratava-se de defender a estalagem, a comuna, onde cada um tinha a zelar por alguém ou alguma coisa querida.

– Não entra! Não entra!

E berros atroadores respondiam às pranchadas, que lá fora se repetiam ferozes.

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho.

E, enquanto os homens guardavam a entrada do capinzal e sustentavam de costas o portão da frente, as mulheres, em desordem, rolavam as tinas, arrancavam jiraus, arrastavam carroças, restos de colchões e sacos de cal, formando às pressas uma barricada (AZEVEDO, 1997:116-117).

A grande questão que aparece agora é o fato de Aluísio Azevedo ter pensado em escrever um romance dessa natureza, pondo em xeque essas perspectivas republicanas, de identidade e pertencimento; pessoas que se formavam em comuna numa das maiores habitações coletivas da capital da República.

Ao inserir a idéia da república do cortiço e da pequena comuna, o autor insere igualmente a problemática da participação ativa das gentes populares e da coesão social entorno de um baluarte cultural – moral, antes de outra coisa – desenvoltamente compartilhado. Essas passagens analisadas são ilustrativas do ponto de vista de uma realidade da qual era o autor testemunha ocular e na qual ele próprio estava inserido. Azevedo dá vida a seus personagens a partir da sua observação e dos seus preceitos mesmos; e o faz pautado nas coisas de seu tempo e nas suas inclinações de futuro: o romance é uma espécie de interpretação do Brasil e, mais detidamente, do Rio de Janeiro daqueles anos realmente efervescentes.

Pode-se então agora retornar à nossa questão central: como pensava o “povo brasileiro”, o “sujeito

da república”, em meio à confusão de idéias e ideologias que nasciam e, por vezes, até morriam todos os dias no Rio republicano? Como Aristides Lobo, outros tantos se frustraram com o regime que florescia - e com que tanto sonharam - e meteram-se a pensar num povo alheio aos fatos políticos que salpicavam o Brasil do seu tempo. Decerto, esse povo era um tanto mais esperto e ativo do que poderiam conjecturar as mentes avessas. Por fato não temos notícia de resistência organizada, politizada à maneira clássica européia (revolucionária ou rebelde), como talvez o que quisesse fitar os olhos de estrangeiros como Louis Couty, o biólogo francês por muitos anos residente no Rio de Janeiro. A despeito disso, porém, no quadro geral da República poder-se-á encontrar não um povo inativo e apático, submisso, bestializado, completamente à deriva dos fatos e das mudanças políticas, mas bilontra, que bem sabia das suas convicções para com a vida e para com o Estado, e dos limites de ação deste na sua vida pública e pessoal, mais desta do que daquela (CARVALHO, 1987; SILVA, 1988).

No ambiente republicano do cortiço e no movimento mesmo da sua convivência social e da reprodução da sua vida (ou sobrevida) material e imaginária, o “povo” resistia a seu modo às afrontas da burocracia e da ordem estatal republicana.

Esse é o ponto. Havia resistência e o Estado, muitas vezes, era realmente entidade ofensiva - isso talvez mais aos olhos do povo do que do governo propriamente. Importa observar que a resistência popular seguia uma lógica talvez nebulosa, mas de alguma maneira inteligível, quando tomada sob as representações próprias daquela gente envolvida; a seu modo, mas envolvida. O ataque à moral e à integridade, da forma como era entendida pela população, implicava obstinação. Não por capricho tão-somente como pode parecer quando se fala de valores tão subjetivos como moral, mas rigorosamente por convicção. Predispunha-se o populacho à luta e ao quebra-quebra, se acaso entendesse ferida a sua integridade. É, aliás, essa a grande problemática que motiva a reação intensiva na Revolta da Vacina.

Talvez possamos conjecturar que as pessoas construíssem um mundo imagético perfeitamente coeso e coerente tão complexo quanto um projeto intelectual profundo que trate do devir de uma nação civilizada, e em que se coloque a república. À proclamação o povo assistiu bestializado, ou antes, pode-se emendar, estarrecido, catatônico. Mas, se deste ou daquele modo, não importa que tenha ele ficado à revelia do ato de Deodoro e dos outros figurões envolvidos. Aos

elementos do povo aquilo de Estado, governo, república e República não importava. Para alguns melhor mesmo que lhes voltasse o imperador. Mudariam os homens e mudariam as idéias, mas o efeito na mente das pessoas simples do Rio não seria nem de longe estupendo como foram as mudanças na estrutura política e na mentalidade de alguma casta de intelectuais e entusiastas do novo regime. É claro que a vida social daquela gente mudaria, mas na sua base, i. e., nas suas convicções e na sua forma prática de agir uns com os outros, seus hábitos e costumes fincados não em pouca medida no cimento da tradição, pouco sofreriam de imediato. O embate das novas idéias e dos novos hábitos com os valores sólidos das classes populares iria abrir alas a um movimento de contradições sensíveis que remodelaria a cultura popular aos moldes de uma ética nova do trabalho e convivência pública.⁴

A república e a República incomodaram os dias e as noites daqueles que sabiam do que se tratava uma e outra forma de governo. Objeto das premissas republicanas de entusiastas políticos e intelectuais, bem ou mal intencionados, o povo não recebeu bem o estatuto de cidadão que se lhe queria impor. Em parte porque o cidadão à moda européia que tantos sujeitos de boníssima índole e paletó de cetim queriam era algo impossível de se colar ao histórico cultural brasileiro. Depois, visto por sua face prática, o projeto de cidadão que acompanhava o projeto de modernização e de ocidentalização do Rio e, de resto, do Brasil representava amiúde afronta à integridade moral e física da população.

CONCLUSÕES

O povo sequer conferiu crédito e confiança à proclamação da República; e assim comportou-se também diante da política institucional do novo governo. Uma gente que ignora, de um lado, por carecer dos códigos discursivos da linguagem política e, de outro, por pura convicção, as discussões em torno da república no Brasil não pode ser tomada como apática simplesmente, desorganizada e desordeira, sem aspectos de povo soberano e sem dignidade para tanto.

O povo, quer queira quer não, compunha parte daquela realidade pela qual se embrenhava o Brasil; criava uma realidade propriamente sua, no âmbito da sua vida prática, no ambiente das suas relações sociais. Universos quase distintos da realidade nacional em que se metiam os governantes e os intelectuais adeptos da república. Não desligadas daquele contexto histórico particular, afinal as realidades paralelas eram no fundo adaptações recorrentes das necessidades que impunham as próprias condições de vida que chegavam com as mudanças: as pessoas do cortiço

⁴ Sobre esse assunto, ver CHALHOUB, 2001, principalmente última parte.

tinham sua maneira específica de viver a sua vida disparatada da do Estado.

Outras coisas mais tinham aquelas pessoas que fazer a ficar se aventurando nas problemáticas de cidadania e participação. Reivindicava-se aquilo que se creditava ser de responsabilidade do governo. Na monarquia, já era assim. Queria-se sempre a salvaguarda da moral e da integridade física. O novo regime, com toda a sua rompante agressiva e tantas vezes insofismável, era bom alvo para um conspícuo tribofeiro do povo, um chargista, um anedotário. O Estado existia à deriva da vida social prática da população pobre.

Quando, em 1987, José Murilo de Carvalho publicou *Os Bestializados*, a sua preocupação parece ter sido com o problema da cidadania num Brasil que saía de vinte anos de ditadura militar e se aventurava por de novo pelos arrabaldes da democracia. Hoje, depois de alguns anos de sua publicação, a obra ainda é capaz de suscitar inquietação naqueles que se aventuram pela problemática da relação indivíduo e Estado no Brasil. De lá pra cá, ganhou-se uma nova Constituição, novas esperanças ensaiaram brotar e hoje o povo se encontra sob a gestão de um presidente que nasceu no seio da luta operária do ABC paulista e, daí, no âmago do partido dos trabalhadores; mas, ao contrário do que se pensou, o governo não foi, como não o ainda é, em muitos aspectos, satisfatório.

Qualquer reflexão de menor alcance leva à percepção óbvia de que o problema não está no governo. Nada levará o brasileiro ao norte de suas aspirações senão ele próprio. Esse divórcio entre o indivíduo e o Estado, que se instituiu originalmente no Brasil, desde a proclamação da República, é o condicionante maior da nossa condescendência e quase impotência ante as inoperâncias dos dirigentes da política nacional. Fato é que, diante do quadro crítico e complexo que se construiu historicamente no Brasil, a estabelecer posições críticas diante de nós mesmos e diante da política nacional, prefere-se uma charge ou uma bela tribofe. O governo e o Estado brasileiros até os dias de hoje não são levados a sério, o grosso da população não os confere voto algum de confiança e, o que é pior, quase ninguém se identifica com ele.

Compreender algo mais sobre o universo cultural diverso que se formou no Brasil, sob a face de uma negação àquilo que se tentou forjar com a República, e daí compreender um tanto mais sobre as práticas e as representações das pessoas que sustentam e que são sustentadas pela idéia e pelas estruturas concretas desse País, foi o impulso inicial. Como dito, não há que se parar a reflexão por este ponto, tampouco tomá-la como feito resoluto; a propósito, é justamente de inquietações do presente que se parte, e o presente muda sempre, de sorte que a todo momento reclama

novas questões. Depois a própria amplitude teórica desse tipo de trabalho é tão gigantesca que se acredita ser cabível não tender a meras conclusões. Há muito ainda que se trabalhar, haja vista o vasto material disponível e o desenvolvimento cada vez mais forte das tendências culturais e lingüísticas na interpretação da história. A aproximação entre as ciências sociais aqui é fundamental, pois, como tanto insistiu F. Braudel, lingüística, semiótica, história, antropologia e literatura se mesclam como coisa forçosa numa interpretação que envolva seres humanos, e aí a reflexão configura-se sempre num impulso, e sua projeção (no passado e no futuro) encerra o próprio presente e necessariamente o eterniza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. "A República e a questão social". In: ANDRADE, Manuel Correia de. *O Povo e o Poder*. B. Horizonte: Oficina de Livros, 1991. AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 30ª ed. São Paulo: Ática, 1997 (Bom Livro).

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo. Cultrix. 1976.

CABECEIRAS, Manuel Rolph de Viveiros. "Representações culturais e publicização da vida social na literatura latina: a mulher e o amor no 'corpus ovidianum'". Phoínix/UFRJ, Laboratório de História Antiga, Ano IV, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, pp. 287-298.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Hebe. *História Social*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHALLHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COSTA, Luciano Rodrigues. O coronelismo no cenário político brasileiro. Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Viçosa, v. 2, n. 2, p.81-88, dez. 2002.

FAORO, Raimundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. 4ª ed. São Paulo: Globo, fev. 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

MORSE, Richard. O Espelho de Próspero. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MURARI, Luciana. "O Culto da Diferença: Imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo". In: Revista de História/Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP. nº 141, 1999.

RIO, João do. Histórias da gente alegre: contos, crônicas e reportagens da belle-époque carioca / João do Rio; seleção, introdução e notas de João Carlos RODRIGUES. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1981.

SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil. vol. 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. As Queixas do Povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEXEIRA, Luís Guilherme Sodré. O traço como texto: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

VELOSO, Mônica Pimenta. A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930): mediações, linguagens e espaço. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel 1990.